



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2009/2013**

ACTA NÚMERO DOIS

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme alínea a) do artigo quinquagésimo da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e dez. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e dez. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Participação Variável no I.R.S. – Artigo 20º. Da Lei das Finanças Locais. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Respectivas Taxas do Município de Vimioso. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e Prestação de Serviços. -----**

----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte de Aluguer em Veículos Auto-**

móveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em Táxi – do Município de Vimioso. -----

-- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento sobre Licenciamento das Actividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº264/2002 de 25 de Novembro e no Decreto-Lei nº310/2002 de 18 de Dezembro. -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Municipal sobre Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos. -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças. -----

Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal. -----

Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vimioso. -----

-- Ponto Dois Ponto Treze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento para Concurso de Fotografia – “BÉBÉ DO ANO” – Vimioso. -----

- Ponto Dois Ponto Catorze) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta (e seu substituto, também Presidente de Junta) à Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Ponto Dois Ponto Quinze) – Administração Regional de Saúde. I.P. ARS - Eleição de um Representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACES do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste. -----

Ponto Dois Ponto Dezasseis) - Comissão de Protecção a Crianças e Jovens, designação de quatro elementos para integrar a Comissão Alargada. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasete) – Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezoito) – Eleição de um Representante da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezanove) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta e Suplen-

tes à Assembleia Distrital. ----- Ponto Dois Ponto Vinte)
– Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta para o Conselho
Cinegético Municipal.----- Ponto Dois Ponto Vinte e Um) –
Eleição dos Membros da Assembleia para integrar a Comunidade Inter-
municipal de Trás-os-Montes. -----
----- Ponto Dois Ponto Vinte e Dois) – Eleição de
um Representante dos Presidentes de Junta para Integrar a Comissão
Municipal de Protecção Civil. -----
----- Ponto Dois Ponto Vinte e Três) – Eleição de
um Representante da Assembleia Municipal para a Revisão do Plano
Director Municipal (PDM). ----- Ponto Dois Ponto Vinte e Quatro) –
Outros Assuntos de interesse para o Município. -----
----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A
ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia foi dado início à sessão tendo
passado a palavra à senhora segunda secretária para verificação das presen-
ças. Estiveram presentes: José António Cerqueira da Costa Moreira, Heleno da
Costa Simões; Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Olivei-
ra, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Levinda de Lurdes Martins
Pereira dos Penedos, Aníbal Alves do Rosário, Manuel João Ratão Português,
José Miguel Loureiro Vaz Pinto, André Fernandes Ramos, Cédric Lopes Cheio,
Sandra Manuela Carvalho Vila, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Vítor Manuel
Fonseca Pires, Luís Manuel Tomé Fernandes, Emílio José Torrão Esteves,
Francisco António Ataíde Lopes, José Luís de Campos Afonso, Sérgio Augusto
Pires, Tiago Manuel Afonso Fernandes, António dos Santos João Vaz, Hélder
Domingos Ramos Pais, Arnaldo Augusto Alves Lourenço, Manuel Pascoal
Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes,
Aníbal Augusto João Delgado Francisco Duarte Moura Bruçó. -----

----- Ponto Um) - PERÍODO
ANTES DA ORDEM DO DIA. ----- No uso da palavra o
senhor deputado Serafim João fez a seguinte intervenção:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia.

Exmos. Senhores membros da Assembleia.

Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Após a tomada de posse dos eleitos para os órgãos autárquicos do Município – Assembleia Municipal e Câmara Municipal, no passado dia dois de Novembro, queria, hoje, nesta primeira reunião da Assembleia que coincide com o final dum ano e início dum novo expressar os votos de sucesso a todos, nas suas vidas pessoais e fundamentalmente no trabalho de cada um ao serviço do concelho pois que, foi esse o compromisso por nós assumido.

A democracia necessita de partidos políticos e do envolvimento dos cidadãos na vida das instituições das suas comunidades e do seu país. Mas, se é salutar a existência de divergências políticas, já não é aceitável a falta de respeito pelos eleitos e pelos órgãos dos quais se faz parte.

Refiro-me aos lamentáveis acontecimentos, ocorridos na sessão da tomada de posse dos órgãos do município, protagonizados pela Ex.^a membro desta Assembleia, Levinda dos Penedos. Na verdade durante o discurso da tomada de posse do Exm^o. Senhor Presidente da Câmara, que em si mesmo também é um órgão, os comentários jocosos, roçando o insultuoso, e portanto despropositados, em nada dignificam o partido pelo qual foi eleita nem, acima de tudo, a Assembleia Municipal, órgão representativo do povo deste concelho, por excelência. Não tendo memória de tais comportamentos nesta Assembleia, quero pois manifestar o meu veemente repúdio, esperando que não se repitam.

Tive ainda a oportunidade de ler e analisar a acta da primeira reunião do novo executivo da Câmara Municipal. Foi com total estupefacção que li e reli a intervenção do senhor vereador do Partido Socialista, justamente na sua alusão à sessão da tomada de posse, em particular ao discurso do senhor Presidente da Câmara que, felizmente, foi transcrito na íntegra para essa mesma acta, anulando, deitando por terra a análise excessivamente tendenciosa e desajustada do senhor vereador, a quem não conhecia tal postura.

Quero acreditar que todas estas tomadas de posição e/ou comportamentos menos próprios sejam somente consequência do período pós-eleitoral a que alguns chamam de “luto político” e que jamais se repitam. O concelho, os órgãos democraticamente eleitos merecem todo o nosso respeito”. -----

----- Interveio o
senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos, tendo-se

referido ao Testamento Escolar de Carção. Disse que alguns dos membros desta Assembleia designadamente o senhor Serafim João, na campanha de dois mil e um prometera que, caso o PSD ganhasse as eleições (como aconteceu) os bens deixados em testamento pelo senhor David dos Santos, entretanto entregues à Câmara Municipal na sequência da legislação que acabou com as cantinas escolares, seriam entregues a Carção. Sublinhou que volvidos oito anos nada foi feito como se prometera. Referiu que este assunto teria de ser retomado no sentido de se cumprir a vontade descrita em testamento dos beneméritos, acrescentando que só dessa forma se faria justiça, respeitando quem expressou a sua vontade em testamento, vontade a que nenhuma lei ou Decreto-Lei se deveria ou deve sobrepor. ----- Usou da palavra a senhora deputada Levinda dos Penedos. Na sequência da intervenção do senhor deputado Serafim João apresentou-se como uma cidadã que já exerceu vários cargos públicos inclusive autárquicos (Vereadora na Câmara de Coimbra) sendo que foi com o sentido de serviço à causa pública que integrou listas candidatas à Assembleia de Freguesia da sua Terra Natal – Campo de Víboras e à Assembleia Municipal. Sublinhou que apenas pretendia servir inicialmente a sua freguesia, tendo posteriormente sido convidada para a lista à Assembleia Municipal. Concluiu dizendo que respeitava democraticamente os resultados eleitorais e que a sua relação com a gente da sua terra e do seu concelho seria a partir das eleições, a mesma que mantinha anteriormente. Finalmente referiu que como qualquer cidadã tinha direito à defesa do seu bom nome. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Serafim João em resposta à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos, referiu que desde dois mil e dois tinha ele próprio e outros carçonenses feito várias diligências no sentido de os bens deixados em testamento pelo senhor David dos Santos a Carção reverterem para Carção. Infelizmente ainda não foi possível até porque uma das limitações é justamente a legislação produzida relativamente às cantinas escolares. Apesar de tudo informou que, nunca Carção tivera tantos investimentos como nos dois últimos mandatos advogando para si alguma da responsabilidade nesses investimentos que deram a Carção aquilo que merecia, considerando, no entanto que merece ainda mais. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Presidente da Junta

de Freguesia de Carção, António Santos Vaz. Considerou lamentável a última intervenção do senhor deputado Serafim João, na medida em que era abusivo chamar a si a realização desta ou daquela obra pois que a responsabilidade na execução dos investimentos era do órgão colectivo – Câmara Municipal e não de ninguém individualmente. Neste sentido questionou o quê que o senhor Serafim João tinha deixado em testamento a Carção. -----

----- Interveio o senhor deputado Cédric Cheio. Referiu que tinha ficado perplexo e portanto em desacordo com o conteúdo da intervenção inicial do senhor deputado Serafim João. Considerou que se esperava do líder do Grupo Municipal do PSD uma intervenção conciliadora apelativa à união de esforços para trabalhar e defender o concelho, mas, afinal, assistiu-se a uma intervenção que continua a querer dividir e incendiar. Apelou à união de todos considerando que o concelho é demasiado pequeno para se perder tempo com guerrilhas político-partidárias. Concluiu que não pretendia, com esta intervenção, ser advogado de defesa de ninguém mas, tão só, apelar à defesa dos interesses do concelho. -----

Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

Uma vez que todos os membros estavam na posse do documento (enviado antecipadamente) o senhor Presidente da Assembleia, abriu o período para intervenções. -----

Interveio o senhor deputado José Carlos Gonçalves que colocou as seguintes questões: - Qual a localização do Centro de Dinamização e Comercialização de Produtos Regionais transfronteiriços? Qual a localização e situação da nova ETA? Quais são as estradas municipais 569 e 567? Qual o ponto de situação da beneficiação da estrada das Três Marras entre Avelanoso e a fronteira? -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Quanto ao Centro de Dinamização e Comercialização de Produtos Regionais informou que se localizaria na porta de S. Joanico do futuro Parque Ibérico de Natureza e Aventura mais concretamente em terrenos localizados no cruzamento de acesso a S. Joanico (Estrada das Três Marras). À questão da nova ETA informou que se localiza na margem do rio Angueira que já se encontra operacional permitindo

mais capacidade na quantidade e qualidade da água de abastecimento às populações servidas pelo rio Angueira. As estradas municipais são as que ligam Vilar Seco à Estrada Nacional duzentos e dezoito e Santulhão a Matela. Relativamente à beneficiação da estrada das Três Marras referiu que faltava a sinalização quer horizontal quer vertical bem como o tratamento das valetas. ---

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e dez. ----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e dez. -----**

Atendendo à complementaridade dos dois pontos (documentos) o senhor Presidente da Assembleia sugeriu e foi aceite que fossem apresentados e discutidos em conjunto sendo que a sua votação decorreria separadamente. ----- Para introduzir os documentos foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que fez a seguinte intervenção:

**“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmos. membros da Assembleia Municipal
Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.**

No estrito cumprimento da lei, em nome do executivo, apresento o Orçamento e o Plano para o ano de 2010, aprovados, por maioria, em sede de reunião ordinária da Câmara Municipal realizada a 7 de Dezembro do mês corrente.

O orçamento que apresentamos, no valor global de 17.290.000.00 € a exemplo dos anos precedentes, privilegia o investimento no conjunto das despesas correntes e de capital que cumpre onerar.

É um Orçamento superior ao do ano que agora termina. O valor apresentado decorre do facto de, finalmente, podermos saber a que fundos comunitários podemos recorrer, sendo que, os investimentos apresentados, na sua grande maioria já têm financiamento comunitário assegurado, alguns deles estão a ser realizados, donde necessitam de ser concluídos.

É imperioso continuar a apostar na modernização dos serviços através da evolução das tecnologias da informação e comunicação; no aumento de produtividade através da qualificação dos quadros de direcção e chefia, dos quadros técnicos e do pessoal em geral; na manutenção a contratação de serviços externos, garantindo qualidade nos serviços prestados.

Sr. Presidente e senhores membros da Assembleia,

Passo, agora, a referir-me a alguns indicadores relacionados com os documentos previsionais:

ORÇAMENTO:

As receitas correntes apresentam o montante de 6.463.000,00 euros face à importância de 6.463.000,00 euros de despesas correntes.

O orçamento para 2010 apresenta, comparativamente ao de 2009, um aumento de 21,41%.

O orçamento das receitas de capital representa 62,62% do orçamento global, enquanto das correntes assume uma percentagem de 37,38%.

Da evolução da previsão das receitas totais, por fonte de financiamento, direi que a maior percentagem, ou seja, a quase totalidade advirá do FEF, do Fundo Social Municipal e IRS no montante de €7.320.413,00, de Apoios Comunitários e outras com €6.532.548,56, que, somadas atingem 80,12% do total.

As receitas próprias quedam-se pelos 19,55%, daí a necessidade urgente de gerar receitas ao alcance da autarquia, como sejam através da actualização anual e progressiva das taxas previstas nos respectivos regulamentos municipais.

No tocante ao orçamento da despesa, ressalvo a necessidade de, no âmbito das competências legalmente conferidas ao município, a afectação

de recursos ao desenvolvimento de actividades para satisfação das necessidades da população local.

As despesas correntes representam 37,38% do total do orçamento, valor inferior à média nacional de municípios que é de 57% e à média dos municípios de média dimensão que é de 56%.

As despesas de capital significam 62,62% do orçamento.

A previsão dos fundos da autarquia é dividida pelas várias unidades orgânicas, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos desígnios traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:

Neste documento concentram-se os grandes investimentos da autarquia, consubstanciados em 3 grandes objectivos, como podem constatar pela leitura desse documento previsional: as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e outras funções.

Prevê-se então, para o ano de 2010, um valor global de € 11.188.650,00, o qual inclui também despesas com pequenas reparações e conservações de equipamentos e imóveis, normalmente executáveis por administração directa, cujas importâncias se encontram imputadas em 0,32% às funções gerais, 75,97% às funções sociais, 15,28% às funções económicas e 8,43% às outras funções.

Mesmo em tempo de crise económica e sobretudo financeira, o nosso trabalho autárquico continua direccionado no sentido de proporcionar às pessoas mais e melhor qualidade de vida e, acima de tudo permitir a fixação dos mais jovens e, simultaneamente, atrair gente pois que, a criação de postos de trabalho permitirá aos que aqui de fixarem desfrutarem de uma boa qualidade de vida.

É por isso que o Plano apresenta duas orientações preponderantes:

A 1ª respeita à necessidade de termos de saldar os investimentos que temos vindo realizar, os quais têm permitido ao concelho acompanhar as tendências de modernidade facilitadoras da vida pessoal, familiar e profissional das pessoas.

A segunda, relaciona-se com os projectos/investimentos que consideramos prioritários e que asseguram a sustentabilidade do concelho em termos financeiros e de criação de emprego, a saber:

Estância termal da Terronha; Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso; Cumprimento do protocolo com a Cooperativa Mirandesa para a construção da unidade industrial (já iniciada); Dinamização da Zona Industrial Diversas requalificações Urbanísticas no concelho; conclusão do Canil Intermunicipal, Construção de polidesportivos no concelho, Beneficiação / Reparação do Mercado Municipal, Implementação do Arquivo Municipal; Investimento no reforço do abastecimento de água; aposta nas energias renováveis; entre outras.

Resulta claro que a grande preocupação assenta como afirmei, no desenvolvimento económico, gerador de postos de trabalhos e portanto, de riqueza, permitindo a fixação e atracção de pessoas, designadamente da classe mais jovem;

Sublinho que o nosso concelho se encontra dotado de infra-estruturas básicas com altas taxas de cobertura, com equipamentos adequados à promoção cultural, económica, turística, educacional e social.

É, pois, tempo de reforçar a aposta no desenvolvimento económico, concluindo estudos e projectos, alguns já em execução.

É com esta determinação e confiança num futuro melhor que encaramos o próximo ano, colocando sempre as pessoas no centro da nossa actuação.

Continuaremos a reivindicar do Estado Central aquilo a que temos direito e não aceitamos que continue a ser negado. Refiro-me à ligação Vimioso – Outeiro e à Mini-hidráulica.

SERVIÇO DA DÍVIDA

Esta Câmara situa-se dentro dos limites estabelecidos pela nova Lei das Finanças Locais e muito, muito longe ainda de se considerar em situação de ruptura financeira. A Dívida salda-se abaixo dos 50%. Paralelamente, os investimentos têm prosseguido em bom ritmo e têm-se constituído como mola propulsora do desenvolvimento sustentado deste concelho.

Sr. Presidente e Senhores membros da Assembleia Municipal.

Apesar de todas as dificuldades é reconfortante saber que os munícipes e mesmo gente exterior ao concelho reconhecem o esforço da autarquia, dos seus funcionários. Também nós reconhecemos e agradecemos o esforço e a dedicação dos munícipes em geral na construção de um concelho mais dinâmico, mais próspero e mais confiante.

Para nós, o desenvolvimento sustentável do concelho, a defesa dos superiores interesses das populações estão e estarão sempre acima de toda e qualquer luta político-partidária

Apelo ao empenhamento de todos, porque nós temos responsabilidades acrescidas, na certeza de que o concelho precisa de todos e será bem mais forte se cada um der o seu melhor contributo.

É porque acreditamos nas potencialidades do nosso concelho e, em particular das suas laboriosas gentes, que continuamos a privilegiar o investimento, pois que, só assim, garantimos o desenvolvimento, dignifi-

cando e homenageando os nossos antepassados honrando os que aqui vivemos e trabalhamos sem comprometer as gerações futuras.

Disse”.

----- O senhor Presidente da Assembleia abriu o período para eventuais questões / pedidos de esclarecimento. -----

-- O senhor deputado Miguel Vaz Pinto na sua intervenção, relativamente ao Ordenamento do Território questionou qual é o tipo de cartografia digital que surge com a dotação financeira de quinze mil euros. Perguntou se a rubrica referente à implementação SIG (mil euros) é somente para poder abri-la ou se existe outra intenção atendendo a que a verba inscrita é muito reduzida. Solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto da situação do PDM. Finalmente pediu esclarecimentos acerca dos cem mil euros inscritos para estudos e projectos. ----- Para

responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Respondeu em simultâneo às questões da cartografia e PDM referindo que as duas estavam relacionadas. Informou que a revisão do PDM obriga a cartografia actualizada e em formato digital sendo que decorrem, na sequência de concursos, a elaboração e entrega da mesma como é possível constatar no site do município. Continuou dizendo que já decorrera uma primeira reunião de acompanhamento do PDM que a segunda versão da revisão dos factores críticos estava praticamente concluída donde, em breve realizar-se-á uma nova reunião começando a partir daí a apresentar-se propostas. Relativamente ao SIG referiu que hoje um sistema de informação geográfica tem de ser entendido numa perspectiva lata, sendo que, neste momento assumem particular relevância os projectos já candidatados no âmbito da Associação de Municípios da Terra Fria e da Comunidade Intermunicipal relativos à Modernização Administrativa (SAMA) direccionada para a facilitação no tratamento de informação e sua disponibilização aos munícipes sempre numa perspectiva de eficácia e eficiência dos serviços prestados. A incorporação do SIG no Plano pode pois ser enquadrado nesta nova visão dos serviços mas, se for necessário especificar o sistema, ele poderá ser feito. Quanto à verba inscrita para estudos e projectos informou que corresponde à verba inscrita nos últimos anos e que se destina à contratação de estudos/projectos que se venham a revelar necessários à execução de investimen-

tos, sendo que os senhores vereadores do PS apresentaram em reunião de Câmara algumas propostas de estudos. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Vítor Pires solicitou esclarecimentos relativamente aos regadios (qual a sua localização?) mostrou agrado com as verbas inscritas para a construção de represas no rio Maçãs, considerando que o mesmo deveria constar para o Rio Angueira. No âmbito da rubrica – ligação Inter-freguesias - mostrou o desejo de ver concretizada a ligação entre Angueira e a Especiosa com ligação ao Santuário do Nazo, desejo já antigo. Finalmente considerou pequena a verba destinada ao apoio às Juntas de Freguesia, atendendo a que sendo só catorze as freguesias as localidades são vinte e duas no total, donde a dividir por todas, a verba é insignificante. -----

----- Respondeu o senhor Vice-Presidente. Informou que os regadios se localizariam em Vale de Frades e em Angueira, existindo a possibilidade de recuperar o de Avelanoso. Quanto ao de Vale de Frades em breve será lançado concurso para o projecto de execução sendo que para o de Angueira foi já adjudicado os trabalhos de levantamentos topográficos e cadastrais. Quanto às verbas para as represas referiu que a situação do Rio Maçãs é mais preocupante donde é necessário intervir a curto prazo, sendo que também no Angueira serão feitos investimentos. Informou que decorre o processo de execução dos projectos para novos açudes no Maçãs e Angueira e que as dúvidas e angústias relativamente aos pareceres das entidades consultadas se mantêm, agora relativamente à ARHnorte. No que concerne à ligação Angueira – Especiosa , referiu que não surge especificada no Plano tal como não aparece qualquer outra ligação. Sublinhou que as ligações rodoviárias só serão feitas se houver financiamento para o efeito pois, que, a Câmara, por si só, não tem capacidade para investimentos dessa natureza. Finalmente considerou que a verba inscrita para apoio às Juntas de Freguesia corresponde à de anos anteriores, sendo que, se houver necessidade de apoiar projectos considerados estruturantes para as freguesias eles serão analisados e em função dessa análise técnica serão financiados. -----

----- Novamente no uso da palavra o senhor deputado Vítor Pires referiu que a Junta de Freguesia de Angueira possui um projecto para recuperação do regadio. Disse que o senhor Vereador Jorge Fernandes se referiu em reunião de Câmara a esse projecto,

tendo-lhe mesmo sido pedido oito dias antes das eleições autárquicas donde, nesse período, obviamente que não o entregaria à Câmara Municipal. Apelou a que as características do regadio (feito em granito) fossem mantidas. Concluiu dizendo que enquanto Presidente da Junta não tinha conseguido implementar esse projecto e que o actual senhor Presidente da Junta de Angueira o poderá entregar à Câmara. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos pediu esclarecimentos acerca de obras de requalificação em Carção tendo dito:” uns tempos antes das eleições foram colocados em Carção, e fiquei satisfeito sinceramente que tivessem sido colocados uns painéis, que eram sinal ou a expressão de que iria haver requalificação da Praça Luís David dos Santos, da Praça António Luís dos Santos e da Rua da Praça que liga essas duas praças. Fiquei satisfeito por que isto acontecesse, senti-me infeliz porque um dos cartazes foi rasgado e é lamentável que isso aconteça, primeiro porque evidencia algum sinal de oposição à obra por outro lado se calhar evidencia algum sinal de antidemocracidade. Gostaria de ser informado se sim ou não continua a Câmara com a vontade política de desenvolver esse projecto de requalificação por forma a dar expressão aos painéis que foram colocados. Carção está contemplado neste Plano de Investimentos para dois mil e dez com dois mil seiscentos e cinquenta euros, gostaria de ouvir outras vozes reivindicarem com outros argumentos já que parecem ser mais influentes. Relativamente à estrada Vimioso / Outeiro acho que não há aqui ninguém que seja desfavorável à construção da Estrada Vimioso / Outeiro mas tem havido tantas obstaculizações, tem havido tantos argumentos para que ela não se faça, acho que era altura de se proporem outras alternativas nomeadamente o eixo Vimioso, Carção , Argoselo e Outeiro”. ----- O senhor Presidente da Câmara respondeu ao final da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos sublinhando que nunca esqueceria a ligação Vimioso – Outeiro bem como a ligação Vimioso – Carção – Santulhão – Azibo – IP4 uma vez que se a ligação Vimioso – Pinelo – Outeiro nos leva rapidamente a Bragança, a outra ligação liga-nos mais rapidamente ao Porto. Concluiu dizendo que esta é uma velha ambição do concelho de Vimioso e dos concelhos vizinhos e que tudo continuará a fazer para que se concretize. -----
----- No uso da palavra o senhor vereador

António Torrão, relativamente à requalificação das Praças em Carção, referiu que, tal como referira o senhor Presidente da Junta de Freguesia, os projectos dados a conhecer foram alvo de críticas donde era necessário repensá-los e eventualmente alterá-los por forma a responder às aspirações das pessoas, donde a seu tempo será dada continuidade aos mesmos. -----

----- O senhor Vice-Presidente respondeu à observação feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, relativamente ao facto de Carção ser apenas contemplada em plano com dois mil seiscentos e cinquenta euros, dizendo que o executivo não tinha uma visão do plano nem o elaborara numa lógica freguesia a freguesia mas sim numa perspectiva do concelho visto como um todo. Neste sentido, e apresentando-se rubricas com alcance abrangente (ex: requalificações urbanísticas no concelho) a localização dos investimentos será equacionada em função da necessidade/urgência dos mesmos e das verbas (candidaturas) que venham a ser aprovadas. Finalmente referiu-se à questão do regadio de Angueira designadamente à existência de um projecto para o efeito pertencente à respectiva Junta de Freguesia. Mostrou-se surpreendido com o facto de o senhor deputado Vítor Pires ter confirmado que (ainda na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Angueira) lhe fora pedido o projecto (antes das eleições) e que ele não o entregou atendendo ao período pré-eleitoral. Questionou pois porque é que não o tinha entregue no dia seguinte às eleições ou durante o mês de Outubro pois que, a nova junta só tomou posse no final de Outubro, início de Novembro? Continuou dizendo que na última reunião da Câmara antes das eleições de dez de Outubro, o então e actual vereador Jorge Fernandes se comprometera pessoalmente, a entregar na Câmara, o projecto do regadio, sem que até hoje o tivesse feito. A verdade é que após as eleições foi aberto o concurso e já foi feita a adjudicação para os levantamentos topográficos, sendo que ambos os actos foram aprovados por unanimidade considerando que existe neste sentido de voto alguma incongruência na medida em que existindo já um projecto não fazia sentido votar propostas conducentes à elaboração de novo projecto. ----- Novamente no uso da palavra o senhor deputado Vítor Pires referiu: “Ó senhor Vice-Presidente, o senhor não sabe que nós temos um projecto da Antena e do salão da Junta de Freguesia já concluído! Tantas vezes foi pedido aqui o financiamento e V.Ex.as nunca o deram.

Tantas vezes pedimos para a reconstrução dos açudes nunca deram e agora o senhor vem-me dizer aqui que me pediram o projecto? Vocês sabem em que circunstâncias me pediram o projecto. Foi o senhor Presidente, em que circunstâncias, onde é que foi, já nem me lembro onde é que foi se calhar na rua ou num sítio qualquer. E foi oito dias antes das eleições senhor Presidente, oito dias antes. Eu estive sistematicamente, durante oito anos, a falar que precisávamos de apoio para a Antena, que instalamos lá um receptor televisivo, andaram a enrolar durante oito anos, que sim, que sim, que sim chegou-se ao fim de oito anos e financiamento zero. Para o salão da Junta de Freguesia eram quinze mil euros que eu pedi. Andaram a enrolar durante oito anos chegou ao final dos oito anos e zero. Agora você vem-me dizer a mim que eu não pedi nada para a minha aldeia, que não pedi apoio à Câmara Municipal? Disse que não apresentei o projecto, então apresentei-lhe projectos concretos, o projecto do regadio também lhe disse que tínhamos um projecto de regadio há muito tempo”. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Francisco Bruçó, solicitou esclarecimentos relativamente à dívida da Câmara, atendendo a que o senhor Presidente da Câmara referira, na sua intervenção, que estava abaixo dos cinquenta por cento. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara, remetendo para a documentação distribuída, esclarecendo, no entanto que a nível de endividamento da Câmara se situa nos quarenta e seis vírgula três por cento, portanto abaixo dos cinquenta por cento e muito longe do limite de capacidade. ----- Não se registaram mais intervenções pelo que o senhor Presidente da Mesa colocou cada um dos pontos à votação. **Ponto Dois Ponto Dois** – Foi aprovado por maioria com as abstenções dos senhores deputados: Levinda de Lurdes Martins Pereira dos Penedos, Cédric Lopes Cheio, José Miguel Loureiro Vaz Pinto, José Carlos Vaz Gonçalves, Heleno da Costa Simões e Vítor Manuel Fonseca Pires e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Emílio José Torrão Esteves. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. **Ponto Dois Ponto Três** – Foi aprovado por maioria com as abstenções dos senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Heleno da Costa Simões, Levinda de Lurdes Martins Pereira dos Penedos, Cédric Lopes Cheio, Vítor Manuel Fonseca Pires e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Emílio José Torrão Esteves. Colocado à vota-

ção em minuta foi aprovado por unanimidade. ----- Para ambos os documentos apresentaram declaração de voto os senhores deputados: Vítor Pires “abstenho-me porque não quero prejudicar a minha freguesia” e Cédric Cheio “A minha abstenção decorre do fraco investimento previsto para Argoselo”. ----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Participação Variável no I.R.S. – Artigo 20º. Da Lei das Finanças Locais.** ----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente que remeteu para o documento fornecido (informação do Chefe de Divisão Financeira e deliberação da Câmara). Referiu que a proposta aprovada foi a apresentada pelo senhor Presidente da Câmara e que vai no sentido de a totalidade dos cinco por cento reverterem para a Câmara Municipal sendo que, ficou registado que essa verba seria encaminhada para funções sociais designadamente de apoio a pessoas / famílias mais carenciadas. - ----- Não tendo havido intervenções/pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos senhores deputados: Levinda de Lurdes Martins Pereira dos Penedos, Heleno da Costa Simões, Cédric Lopes Cheio, Vítor Manuel Fonseca Pires, José Carlos Vaz Gonçalves, José Miguel Loureiro Vaz Pinto, e António dos Santos João Vaz. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. ----- ----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto; pelo senhor deputado Heleno Simões:” Quando se luta muito pelo combate à desertificação, ao investimento e à fixação de pessoas aqui no concelho penso que não seria indiferente a pessoa ter menos I.R.S. a pagar no concelho de Vimioso do que tem no Porto ou em Coimbra ou em Lisboa. Isso leva a que as pessoas se desloquem para lá, invistam lá e façam lá a sua vida. O senhor Presidente diz que, provavelmente, se fosse aprovado os dois e meio ou os cinco por cento para o contribuinte que seria um dos mais beneficiados. É bom para ele, se calhar seria bom para mim, mas se calhar para muitas das pessoas não. Não estamos aqui a defender a causa própria, provavelmente as pessoas que descontam menos I.R.S. os dois e meio ou os cinco por cento representa muito, quando se verifica por exemplo aumento de reformas, aumento de vencimentos. São dois e meio, um, ou um e meio por cento e nunca ninguém disse que era pouco, é pouco mas aceita-se.

Portanto eu penso que seria uma das medidas que a Câmara podia ter em conta para a fixação de pessoas no concelho”. -----

----- Pelo senhor deputado Cédric Cheio: “andamos diariamente a pedir medidas de discriminação positiva para o nosso concelho, andamos sempre com a bandeira no ar a alertar os governantes para a situação de desertificação dos concelhos como os de Vimioso e quando temos uma possibilidade de criar uma medida de discriminação positiva votamos contra e aplicamos-lhe a taxa máxima de I.R.S. aos nossos contribuintes. Acho que era uma boa medida ajudar a fixar a população num concelho tão desertificado como este”. -----

----- Pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires:” estou surpreendido com as declarações de voto dos deputados Dr. Heleno e Cédric, porque dá a impressão que não conhecem a realidade do nosso concelho. A maior parte das pessoas que vive no nosso concelho nem sequer preenchem o I.R.S. Não iriam beneficiar em nada com essa proposta. Iriam ser beneficiadas pessoas que de facto ganham mais dinheiro e acabariam por beneficiar com a redução do I.R.S. A proposta da Câmara concordo totalmente porquê? Porque eu acho que essa percentagem representa cerca de setenta mil euros para o município e, segundo referiu o Vice-Presidente esse dinheiro vai ser investido para apoios sociais. Portanto acho que essa verba vai ser muito bem investida e daí concordar plenamente com essa proposta da Câmara”. ----- O senhor Presidente da Mesa alertou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos que a sua intervenção não correspondia a uma declaração de voto, pedindo a todos que as declarações de voto fossem feitas como tal. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e Votação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e respectivas Taxas do Município de Vimioso. ---**

----- Introduziu este ponto o senhor vereador António Torrão. Disse: “ na sequência de alterações legislativas foi necessário proceder ao estudo económico dos vários regulamentos principalmente e em concreto daqueles que implicam o pagamento de taxas, o que significa que a alteração verificada neste e noutros regulamentos se deve essencialmente a esse estudo económico. São documentos técni-

cos que foram analisados e apresentados pelos técnicos da Câmara Municipal, pelo que estes regulamentos apenas se traduzem nesta alteração em resultado do estudo técnico, do estudo económico. Quanto a este regulamento, importa essencialmente ter presente quer o artigo oito que prevê as isenções ao pagamento de taxas, quer o artigo cinquenta e dois que prevê a isenção de autorização ao licenciamento. São os dois artigos que importa salientar mais concretamente”. ----- Não tendo havido pedidos de esclarecimentos este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e Prestação de Serviços.** ----- Introduziu este ponto o senhor Presidente da Câmara, remetendo para o documento / regulamento e mostrando-se disponível para os esclarecimentos a solicitar. -----
----- O senhor deputado José Carlos Gonçalves interveio considerando que não estão clarificados relativamente nos fins de semana a abertura de bares até às quatro horas da manhã, se as excepções respeitam unicamente às épocas festivas, ou se a todos os fins de semana indiscriminadamente, parecendo-lhe pela redacção dos artigos que só serão considerados os fins de semana das épocas festivas. (artigo quinto, alínea a). Considerou que, nos termos do artigo sexto a Câmara poderá sempre atender/aprovar medidas de alteração que venham a ser solicitadas. -----
----- Colocado à votação, este ponto foi aprovado por maioria com a abstenção da senhora deputada Levinda de Lurdes Martins Pereira dos Penedos. Posto à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. ----- **Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento da Actividade de Transporte de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transporte em TAXI – do Município de Vimioso.** -----
----- Não houve pedidos de intervenção / esclarecimentos pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento sobre Licenciamento das Actividades Diversas previstas no Decreto-Lei nº264/2002 de 25 de Novembro e no Decreto-Lei**

nº310/2002 de 18 de Dezembro. -----

----- Não houve pedidos de intervenção / esclarecimentos pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento Municipal sobre Instalações e Funcionamento de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos. -----

----- Não houve pedidos de intervenção / esclarecimentos pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.-----

Ponto Dois Ponto Dez) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças. -----

----- Não houve pedidos de intervenção / esclarecimentos pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Dois Ponto Onze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal. -----

----- Não houve pedidos de intervenção / esclarecimentos pelo que o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e Votação do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Vimioso. --

----- Introduziu este ponto o senhor vereador António Torrão. Disse: “na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara, por maioria, de que os cinco por cento do I.R.S. revertessem a favor do município e tendo em conta a fundamentação da tomada de posição desses cinco por cento serem canalizados para o apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos surgiu, de imediato, o presente regulamento. Como dizia o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos de facto, em boa altura a Câmara tomou essa deliberação porque grande parte das pessoas do nosso concelho ou não pagam I.R.S. ou têm rendimentos extremamente baixos, de forma a que os cinco por cento em nada se repercutissem no seu rendimento. Este regulamento visa então o Apoio Social e o Apoio à habitação degradada. Neste primeiro ano o valor do rendimento resultante do I.R.S. consta em Plano para este Apoio Social. Está objectivo e de fácil compreensão. Fica à consideração dos senhores membros da Assembleia a sua discussão”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Vaz. Disse: “ É com

enorme satisfação que vejo propor uma medida para executar com base à exclusão e à pobreza. Dois mil e dez foi eleito pela União Europeia o ano de combate à pobreza e à exclusão social. Há setenta e oito milhões de pessoas, o que corresponde a dezasseis por cento que vivem em risco de pobreza. O ano europeu, portanto dois mil e dez, pretende chegar aos cidadãos da União Europeia e a todos os intervenientes públicos sociais e económicos e são então quatro os grandes objectivos, quatro segundo aquilo que li os grandes objectivos deste projecto de regulamento que agora é aqui apresentado. Reconhecer o direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e a participar activamente na sociedade. Reforçar a adesão do público às políticas e acções de inclusão social sublinhando a responsabilidade de cada um na resolução do problema da pobreza e da marginalização. Assegurar uma maior coesão da sociedade onde haja a certeza de que todos beneficiam com a radicação da pobreza, por último, mobilizar todos os intervenientes já que para haver processos e progressos tangíveis é necessário um esforço continuado a todos os níveis da governação europeia. Um valor fundamental da União Europeia é a solidariedade particularmente importante em tempos de crise e os tempos são de profunda crise. Porque este documento é ainda um projecto de regulamento permite-me que acrescente algumas ideias que podiam e podem ser executadas, como por exemplo: encorajar a participação e o compromisso político de todos os segmentos da sociedade para participarem na luta contra a pobreza e a exclusão social desde o nível concelhio ou a nível local, motivar todos os cidadãos a participar na luta contra a pobreza e exclusão social. ----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, disse: “ li com muita satisfação esse regulamento. Aliás a minha intervenção há pouco foi desfasada, faria sentido agora, peço desculpa. Quando há pouco referi que fiquei surpreendido com as declarações, de voto do deputado Dr. Heleno e do deputado Cédric foi porque o Vice-Presidente tinha referido precisamente que os cinco por cento do I.R.S. iriam reverter para esse apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. Daí o ter ficado surpreendido porque de facto esses cinco por cento irão ajudar e eu como Presidente de Junta falo porque tenho conhecimentos, já tive situações em anos anteriores em Caçarelhos de pessoas que necessitaram de apoio e não foi possível. A partir de agora estão criadas as condições para que eventualmente

situações de calamidade ou situações que já aconteceram, (incêndios em casas de pessoas sem apoio) sem condições, será possível dar esse apoio. Daí que eu estou plenamente satisfeito com este regulamento”. -----

----- O senhor deputado Vítor Pires fez a seguinte intervenção: “bravo temos aqui os novos Zés do telhado, tiram aos ricos para dar aos pobres. É muito fácil falar em taxas de cinco por cento para alguns, que não pagam cá impostos em Vimioso. Não interessa porque grande parte desta Assembleia não paga impostos em Vimioso segundo eu sei. Portanto, a alguns não afecta muito, agora a outros provavelmente afecta e há outras formas de apoios sociais que não estas do I.R.S.” -----

-----O senhor deputado Dr. Heleno Simões, interveio dizendo que: “ quando me abstive na votação anterior e quando vim aqui defender que o I.R.S. poderia contribuir para a fixação de pessoas cá no concelho, não disse que votava contra nem a favor nesta proposta. Além disso as coisas não se devem misturar. Penso que o apoio social pode ser dado noutras rubricas, falou agora o Vítor, pode-se ir buscar a outras rubricas e não a esta, porque se nós conseguimos ter duas hipóteses de fixar pessoas, uma é pagar menos I.R.S. outra e dar-lhe os subsídios sociais, isso seria o ideal. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos dá ideia que eu, eu ganho o meu, pago a taxa máxima de I.R.S. não se preocupe mas pago-a cá em Vimioso. Nunca fugi à taxa do I.R.S. só penso que, mesmo descontando a taxa máxima ainda tenho dinheiro para viver que eu felizmente vou passar férias e fins de semana quando me apetece. Agora o que deviam era, a maioria não paga essas são excluídas, mas as que pagam, pagam pouco e o pouco que pagam ainda é muito. O facto de descontar o I.R.S. não diz que não se deve dar o apoio social. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: “ Perdoem-me os meus camaradas deputados do meu partido mas estou de todo divergente sobre esta matéria. Combate à pobreza não tem precedentes nem deve ter quaisquer hesitações. O dinheiro de combate à pobreza, se o combate à pobreza for de facto executado, se tiver resultados palpáveis, digo-vos com toda a sinceridade, é-me indiferente que venha do I.R.S., que venha do I.V.A., que venha da União Europeia, que venha do Governo do Poder Central, talvez seja um pouco deficitária a verba com que

este programa se vai munir, porque não me parece e daí há bocado dizer que é bom que se sirvam de outras parcerias, mas não me parece que a verba que está mais ou menos prevista seja ou possa produzir muito resultado palpável ao longo dos quatro anos”. -----

----- Dada a palavra, o senhor Presidente da Câmara, respondeu à intervenção do senhor deputado Vítor Pires, dizendo que, apesar de não gostar de falar de questões pessoais, que era contribuinte em Vimioso donde paga cá o I.R.S. esclarecendo que nunca votaria a atribuição da percentagem de I.R.S. dos munícipes porque ele próprio seria um dos mais beneficiados. Considerou que deveria ser o Governo Central a reduzir as taxas / impostos para os cidadãos que vivem ou queiram vir viver no interior e não utilizar as autarquias para o fazer pois que as verbas das Câmaras principalmente as do interior são sempre reduzidas. Terminou dizendo que ao colocar a verba do I.R.S. a funções sociais pode-se ajudar quem mais precisa. ----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Relativamente à questão do I.R.S. considerou que as declarações de voto apresentadas em si mesmas (conteúdo) não vão de encontro ao que deve ser uma declaração de voto, donde as intervenções deveriam ter sido feitas no período de discussão do assunto e não após a votação em forma de declaração de voto. Sublinhou a posição por si assumida em sede de reunião de Câmara, que vai no sentido de deliberação a favor dos munícipes na eventualidade do Governo possibilitar essa votação/deliberação em função de escalões de rendimentos, ou seja, seria favorável à atribuição dos cinco por cento para os munícipes até determinados rendimentos e desfavorável para munícipes com rendimentos elevados. Considerando que só desta forma seria possível uma verdadeira política social / justiça social. -----

----- Solicitou e interveio o senhor deputado Vítor Pires, lançando o desafio de todos os membros da Assembleia a fazerem o que ele próprio iria fazer ou seja depositar / doar à Santa Casa da Misericórdia de Vimioso o valor correspondente à senha de presença das reuniões da Assembleia Municipal. ----- Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Dois Ponte Treze) – Apreciação e Votação da Alteração ao Regulamento para Concurso de Fotografia – “BÉBÉ DO ANO” – de Vimioso.** -----

----- Começou por intervir o senhor deputado Dr. Heleno Simões. Disse: “antes de mais eu queria dar os parabéns à Câmara por ter tomado a iniciativa do pagamento das vacinas até porque era uma das propostas da campanha do Partido Socialista. Depois queria questionar acerca das vacinas: fala-se aqui nas vacinas da diarreia e da meningite. A vacina da meningite já está contemplada no Plano Nacional de Vacinação que é dada gratuitamente a todas as crianças, e penso então que esta verba que está a ser dada à meningite poderia ser atribuída aumentando o prémio bebé do ano, em vez de mil euros, seriam mil duzentos e cinquenta por exemplo, ou então fosse atribuída noutra área, porque a vacina da meningite ou é outra vacina ou a vacina da meningite é dada gratuitamente a todas as crianças. Se a vacina da meningite está incluída no Plano Nacional de Vacinação devia ser retirada. Depois em relação ao bebé do ano, eu não estive presente, mas estive representado na sessão da atribuição do prémio e, segundo fui informado algumas mães estiveram ausentes. Nós sabemos que algumas mães nem sequer residem cá, mas pronto essa é outra questão. Não sei se elas tiveram vergonha de vir receber o prémio, mas pelo menos que fossem aconselhadas a que esse dinheiro fosse gasto cá no concelho, porque muitas vão daqui e quase não sabem onde fica o concelho. Pelo menos na altura da atribuição aconselhá-las a que esse dinheiro fosse gasto no concelho. Não estou a dizer que fosse obrigá-las a gastar porque isso é impossível, mas pelo menos aconselhar”. -----

----- Na sua intervenção o senhor deputado José Carlos Gonçalves, disse:” em relação a este regulamento o problema está à posteriori. Diz que as pessoas são obrigadas a ter residência permanente no concelho há mais de um ano. O problema é agora, nós em termos de escola o que nos acontece principalmente este ano, normalmente a média de nascimentos é mais ou menos vinte e cinco, trinta este ano. Toda a gente sabe quantos alunos temos a iniciar a escolaridade em Vimioso! Desses vinte e tal que nasceram quantos neste momento residem cá. O problema prende-se exactamente com este ponto e que até à data não sei quantas crianças foram participadas ou beneficiadas por este prémio desde que ele existe e efectivamente quantos continuam a residir no concelho. Da mesma forma que, por exemplo quando se vende o terreno na zona industrial em que as pessoas durante x anos não o podem alienar, não o podem vender,

aqui seria quase obrigatório a criança pelo menos iniciar a escolaridade obrigatória no concelho de Vimioso. Dá a sensação que só vêm receber e depois vão-se embora e as crianças nunca mais põem aqui os pés. Devia haver uma obrigatoriedade de início de escolaridade obrigatória no concelho. Se um dos objectivos é evitar o despovoamento, temos que os obrigar, se lhe damos o prémio obrigá-los a permanecer e a residir no concelho”. -----

----- No uso da palavra o senhor deputado Serafim João fez a seguinte intervenção: “ Relativamente a esta alteração ao regulamento do Bebê do ano eu dou-me por feliz porque fui eu um dos principais mentores deste prémio, claro que isto mil euros não é nada, na altura eram quinhentos. Mil euros correspondem a apoios que são dados às pessoas mais carenciadas. Hoje infelizmente também são as pessoas mais carenciadas que têm filhos. Ora, obrigá-los ainda a ficar no concelho é duplamente complicado para essa família. Nem tudo o que se recebe no concelho tem que ser gasto no concelho porque às vezes o concelho também não tem condições. A proposta que eu fazia e sempre fiz é a de cada vez mais, elucidar os nossos governantes que nas zonas carenciadas como a nossa e noutros concelhos carenciados que as pessoas cá não paguem impostos, quem trabalha cá ou quem recebe cá o dinheiro que não pagassem impostos, só assim com essas medidas de base e se calhar assim um bocadinho fortes é que o concelho pode progredir. O prémio que se dá corresponde a um subsídio, é mais uma esmola, que a Câmara dá ou que o município dá, que de certa forma incentiva-os. Mas, não é pelo facto de terem mais os mil euros que os nascimentos vão crescer. É mais um carinho que se está a fazer aquela mãe e um prémio que se lhe dá por ainda conseguir dar à luz um filho para este concelho”. -----

Interveio o senhor deputado Cédric Cheio. Disse: “ concordo plenamente com o deputado Serafim João quando diz que devemos elucidar os nossos governantes a que no concelho de Vimioso não se pagassem impostos. Mas, os nossos governantes dizem-nos que podemos isentar em I.R.S. cinco por cento e a Assembleia Municipal vota contra! Repudio em nome de todos os pais e mães do concelho de Vimioso aqueles que já receberam e aqueles que ainda vão receber a palavra que o senhor deputado Serafim João ao dizer que isso é uma esmola que a Câmara Municipal de Vimioso dá às mães por terem um filho em Vimioso. É lamentável ter dito isso numa Assembleia Municipal. Propôs que

nos próximos anos a atribuição do prémio fosse feita ao sábado para facilitar a participação dos pais”. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Francisco Bruçó, atendendo a que foi referido que alguns dos pais não levantaram o prémio (cheque) sugeriu que, quem não fizesse (salvo justificação por motivos de força maior) no dia da atribuição dos mesmos, não lhe fosse entregue posteriormente. -----

----- Em resposta ao final da intervenção do senhor deputado Cédric Cheio, o senhor deputado Serafim João disse: “ longe de mim querer ofender qualquer mãe ou qualquer pai. Foi mais um desabafo que é mais uma esmola. É evidente que nem toda a gente fala literariamente na Assembleia e às vezes há desabafos. O ser uma esmola ou ser um prémio, há muitas pessoas, e eu tenho conhecimento que, alguns pais e algumas mães, que já receberam o prémio, eles próprios disseram à saída da cerimónia isto é mais uma esmola. Foi mais nesse contexto”. ---

----- No uso da palavra o senhor deputado José Miguel Vaz Pinto referiu: “ a grande maioria concorda com a forma encontrada para se levar a cabo aquilo que podemos designar duma medida de apoio à natalidade (atribuição deste valor de mil euros). Agora eu gostava só de deixar aqui referido já que falamos bastante sobre este tema, como podemos verificar eu queria só relembrar uma proposta que foi feita em campanha eleitoral pela parte do Partido Socialista (foi também, julgo que falado pelos vereadores do PS nas reuniões de Câmara). Penso que há uma forma de controlar, no bom sentido, o destino desse valor de mil euros. O princípio deste valor deve ser em benefício das crianças que nascem. Foi nesse sentido que nós, no nosso programa eleitoral, e volto aqui a falar disso e a desafiar a Câmara para numa futura revisão deste regulamento de poder traduzir este valor de mil euros em vales de compras em estabelecimentos comerciais do concelho. Compras, por exemplo, de fraldas, tudo o que é bens de consumo essenciais para as crianças. Penso que esse dinheiro se deve destinar sobretudo a elas e não propriamente entregar o dinheiro aos pais sem sabermos o destino que lhe vai ser dado. Imagino que na maioria dos casos não será propriamente para bens de consumo das crianças, pela experiência observada e portanto penso que essa seria uma forma de calcular de facto e é uma ajuda, acaba por ser uma ajuda e é uma forma de incentivar o comércio local”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse: “ Estamos de acordo quanto ao conteúdo. Estamos, em alguns aspectos, em desacordo quanto à forma. Isso não é relevante, o que importa é que o regulamento do concurso existe e que os prémios sejam atribuídos por forma a que haja alguma melhoria das condições de vida das pessoas que aqui decidem registar os nascimentos aqui em Vimioso. É só uma questão de palavras. Também não levo a mal que se fale em esmola, não levo a mal que se fale em ajuda, não levo a mal que se fale em apoios, não levo a mal que se fale em projectos ou em programas. A questão fundamental é o essencial e nunca o acessório. Relativamente à isenção de impostos que o deputado Serafim João propôs (que o Governo levasse a efeito) isso nunca pode ser. O senhor deputado António Emílio Dias abanou com a cabeça que não, que não podia ser feito porque ele estava a ver o seu posto de trabalho em causa, ia ter que fechar e assim como ele também o Francisco Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo). Não há bela sem senão! Havia empresários que tinham que fechar as portas, com a isenção de impostos não há grandes necessidades da contabilidade das empresas daí que o António Emílio Dias e o Francisco Lopes vissem os seus postos de trabalho em risco assim como os empregados que eles lá têm a trabalhar. A proposta do Francisco Bruçó não me parece que tenha também grande justificação porque isto dá uma imagem de algum sionismo, transparece, vá lá, alguma xenofobia pelo incumprimento do regulamento”. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Vítor Pires. Concordou com a intervenção do senhor deputado Miguel Vaz Pinto. Considerou, que “ o valor do prémio “Bebé do Ano” devia ser maior que era para os pais, destes bebés que nascem, depois gastarem parte deste dinheiro nas borracholas no café”. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, no uso da palavra, apesar de compreender a proposta do senhor deputado Miguel Vaz Pinto, considerou que, tratando-se dum prémio, e não dum subsídio, não se deveria limitar quem o recebe a gastá-lo desta ou daquela forma. Referiu que alguns pais abrem uma conta bancária aos filhos. Sublinhou que os pais sabem muito bem a forma de usar o prémio que em muitos casos é aplicado comprando bens de primeira necessidade para os filhos, estando certo, que não o gastariam em borracheiras como refe-

riu o senhor deputado Vítor Pires. -----

----- O senhor deputado Manuel Oliveira concordou com a posição do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, sublinhando que “os pais deste concelho também não são assim tão necessitados que precisem dos mil euros para se governar ou sustentar os filhos” donde cada uma das famílias deveria ter a liberdade de usar o prémio como bem entendesse. -----

----- Dada a palavra ao senhor Vice-Presidente, este disse: “ registado com muito agrado esta discussão mas, se puxássemos a cassete um bocadinho atrás, se nos lembrássemos dos comentários em dois mil e um (quando propusemos um prémio ao bebé do ano) do que é que foi acusada essa proposta, e repetiram-se os comentários em dois mil e cinco: que era um insulto às mães. Lembro-me de gente do Partido Socialista dizer que era um insulto às mães. Obviamente que as afirmações ficam com quem as profere. Mas, é muito positiva esta evolução muito, muito positiva. Aliás, o próprio Governo vem ao encontro destas medidas de apoio à natalidade. Na altura foi esta a forma que se encontrou para cumprir um compromisso eleitoral que foi cumprido. Foi reforçado o ano passado de quinhentos para mil euros. É reforçado este ano com a atribuição das vacinas não comparticipadas. Obviamente que nenhum regulamento é perfeito, nenhuma lei é perfeita e há sempre alguém que se aproveita de algumas fragilidades. Mas, a verdade é que, eu diria mais de noventa por cento das pessoas que tem recebido o prémio residem no concelho e se não residem permanentemente é porque as vidas profissionais deles não lhes permite, mas continuam com uma ligação, mais do que afectiva, presencial durante períodos do ano no concelho. Quanto mais não seja conseguimos alguma coisa: dizer que é necessário, neste País, decretar medidas de apoio à natalidade. Ainda bem que o município de Vimioso foi pioneiro nesse sentido”. Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado Heleno Simões, referindo que a vacina da meningite faz parte do Plano Nacional de Vacinação, donde já é gratuita, o senhor Presidente da Assembleia esclareceu que há mais do que um tipo de meningite e o que é proposto no presente regulamento é a vacina da meningite que não é comparticipada pelo Estado. -----

----- Terminada a discussão o senhor Presidente da Mesa colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por

unanimidade e em minuta. ----- **Ponto Dois Ponto Catorze) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta (e seu substituto, também Presidente de Junta) à Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos Grupos Municipais do PSD e do PS que caso o quisessem, apresentassem as suas candidaturas, não só para estas eleições mas para todas as que iriam ser realizadas nesta sessão, atendendo a que teria de ser efectuada a votação por escrutínio secreto. -----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou a candidatura dos senhores Presidente da Junta de Freguesia de Santuário Manuel Pascoal Lopes Padrão (efectivo) e Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires (suplente). -----

----- Não houve mais candidaturas. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Quinze) – Administração Regional de Saúde. I.P. ARS – Eleição de um Representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACES do Alto Trás-os-Montes I – Nordeste.** -----

Foi apresentada uma única candidatura pelo Grupo Municipal do PSD: senhor deputado André Fernandes Ramos. Resultado da votação: votos válidos - vinte e oito, votos brancos - um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezasseis) – Comissão de Protecção a Crianças e Jovens – Designação de quatro elementos para integrar a Comissão Alargada.** -----

----- Os Grupos Municipais do PSD e do PS apresentaram uma lista conjunta composta por: António Emílio Dias, Licínio Ramos Martins, Vítor Manuel Fonseca Pires e José Carlos Vaz Gonçalves. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. ---

----- **Ponto Dois Ponto Dezassete) – Eleição de um Representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, para integrar o Conselho Municipal de Educação.** -----

----- Só foi apresentada uma candidatura pelo Grupo Municipal do PSD que indicou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Francisco Duarte Moura Bruçó. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezoito) – Eleição de um Representante da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM.** -----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou a candidatura (única) do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Francisco António Ataíde Lopes. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dezanove) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta e suplentes à Assembleia Distrital.** -----

----- A única candidatura foi apresentada pelo Grupo Municipal do PSD que propôs para efectivo e suplente os senhores Presidente da Junta de Freguesia de Matela – Hélder Domingos Ramos Pais, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pinelo – Arnaldo Augusto Alves Lourenço. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta para o Conselho Cinegético Municipal.** -----

O Grupo Municipal do PSD apresentou a candidatura (única) do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Algosó, - Luís Manuel Tomé Fernandes. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Um) – Eleição dos membros da Assembleia para integrar a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.** -----

----- O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte candidatura: Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, Manuel João Ratão Português e Aníbal Alves do Rosário. O Grupo Municipal do PS, apresentou a seguinte candidatura: José Miguel Loureiro Vaz Pinto e José Carlos Vaz Gonçalves. Número de Votantes – quinze, número de votos no PSD – nove, número de votos no PS – seis, número de votos brancos – zero, número de votos nulos – zero. Foram eleitos os senhores deputados Serafim dos Santos Fernandes João, José Miguel Loureiro Vaz Pinto e Manuel Fernandes Oliveira. -----

----- **Ponto Dois Ponto Vinte e Dois) – Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil.** -----

----- O Grupo

Municipal do PSD apresentou (única candidatura) o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Aníbal Augusto João Delgado: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero. -----

Ponto Dois Ponto Vinte e Três) – Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para a revisão do Plano Director Municipal (PDM). ----- O Grupo

Municipal do PSD candidatou (única candidatura) o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires. Resultado da votação: votos válidos – vinte e oito, votos brancos – um, votos nulos – zero, -----

Ponto Dois Ponto Vinte e Quatro) – Outros Assuntos de interesse para o Município. ---

----- O senhor deputado Vítor Pires apresentou os seguintes assuntos: considerou que a limpeza de bermas na estrada das Três Marras, junto ao cruzamento de Serapicos foi bem feita mas que em função do estado do tempo tinham ocorrido novas derrocadas de terra donde sugeriu que os taludes fossem cortados/devastados por forma a minorar o problema. Considerou necessária a colocação de barras de protecção à saída da ponte de S. Joanico na estrada para Angueira, dado tratar-se de uma situação de perigo. -----

O senhor deputado Dr. Heleno Simões apresentou os seguintes assuntos: “ na sequência dos prémios ganhos pelo Agrupamento de Escolas no concurso “Escola Alerta” em que o Centro de Saúde também colaborou, prémio relacionado com trabalhos acerca da mobilidade de pessoas com deficiência, sugeriu que na Avenida de Alcanices fossem feitas intervenções na zona das passadeiras, rebaixando a cota dos passeios e separador central por forma a permitir a mobilidade de cidadãos que usem cadeiras de rodas. Alertou para a necessidade de encontrar solução para a água que (em épocas de chuva) corre desde a Atalaia até a Avenida de Alcanices pois que, com frequência provoca inundações e problema às casas dessa zona (inclusive a sua), apelando que as sarjetas fossem limpas e fossem tomadas outras medidas a fim de evitar ou minimizar as consequências. -----

----- No uso da palavra a senhora deputada Levinda dos Penedos congratulou-se pela forma como a Assembleia decorreu e estava a decorrer. Referiu que estava habituada a realidades diferentes mas que tinha verificado que não existia público a assistir à sessão da Assembleia, considerando que a presença dos munícipes era importante não só pela aprendizagem e informação que podem obter mas porque demonstra uma par-

ticipação cívica que também contribui para uma maior responsabilização dos eleitos. Neste sentido sugeriu que para próximas sessões da Assembleia Municipal fossem usados todos os meios por forma a publicitar as mesmas ficando as pessoas informadas da sua realização. -----

----- O senhor deputado Miguel Vaz Pinto questionou o senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da Associação de Municípios da Terra Fria, quais os projectos que a Associação tem candidatados ao QREN, pois que o ouvira dizer, numa entrevista a uma rádio, que existiam candidaturas no valor de sessenta e três milhões de euros. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Agradeceu os assuntos colocados pelos senhores deputados Vítor Pires e Dr. Heleno Simões, informando que os mesmos seriam colocados aos técnicos e, em função da oportunidade de disponibilidade dos serviços seriam resolvidas. Concordou com a observação feita pela senhora deputada Levinda dos Penedos, sublinhando que as reuniões não só da Assembleia, mas também da Câmara são largamente publicitadas mas que, infelizmente o público, quando participa, fá-lo em número muito reduzido, considerando ser necessário fazer um apelo ainda mais direccionado a essa participação. Respondeu ao senhor deputado Miguel Vaz Pinto informando das candidaturas, umas já aprovadas, outras a aguardar aprovação, da Associação de Municípios e portanto das autarquias que a integram a saber: SAMA (Modernização Administrativa) RETALER (colocação de painéis solares para produção de energia) tendo sido colocado um em frente ao Pavilhão Multiusos. Reguladores de Fluxo Luminoso, a colocar em PT"s a fim de reduzir os consumos com a iluminação pública, Planos Municipais de Emergência e Protecção Civil e PROVER da Terra Fria. -

----- Usou da palavra o senhor deputado Aníbal do Rosário. Começou por saudar os novos elementos da Assembleia Municipal considerando que é positiva a renovação que se verifica. Desejou que, tal como no anterior mandato, no final do presente, pudesse ser feita a mesma avaliação positiva do trabalho desenvolvido. Neste sentido apelou à união de todos na defesa do concelho devendo cada um deixar a sua "capelinha" de lado em favor do bem e do desenvolvimento comum. Felicitou a Câmara Municipal pela aposta que está a fazer na produção de energia a partir de fontes renováveis. Sublinhou a necessidade de investir no sentido da retenção da água, considerando que é neces-

sário aproveitar os três rios que atravessam o concelho no sentido de reter água para os mais diversos fins. Exemplificou com o caso de Macedo de Cavaleiros em que a barragem do Azibo é uma fonte de rendimento sustentável. Referiu-se à última edição da Feira de Artes e Ofícios e Sabores que classificou como evento de sucesso dando os parabéns à ACISV, à Empresa Municipal e à Câmara. Esse sucesso, disse, pois reconhecido pelos visitantes que apreciaram o dinamismo e o envolvimento das diferentes associações e instituições do concelho, como por exemplo a Banda Filarmónica dos Bombeiros que é dirigida por uma Maestrina do concelho, situação que o deixou muito agradado. ----- No uso da palavra, o senhor deputado Vítor Pires congratulou-se com as preocupações e sugestões apresentadas pelo senhor deputado Aníbal do Rosário relativamente à problemática da água. Alertou para a necessidade de verificar e /ou encontrar uma solução técnica para o problema da sinalética do trânsito em frente ao novo supermercado que abriu na Avenida de Alcanices, designadamente quanto à inversão do sentido de marcha quando se sobe a avenida em direcção à GNR. Referiu-se à existência de entulhos na sequência da obra de beneficiação da estrada Angueira – Três Marras, propondo que fosse notificado o empreiteiro para a retirada dos mesmos. Colocou ainda a questão relacionada com a necessidade de colocar as escadas de acesso à Escola Velha de Angueira, que foram retiradas aquando das obras de pavimentação integradas na beneficiação da Estrada para as Três Marras, tendo dito que mantinha o compromisso assumido anteriormente de as fixar pedindo para transportarem as pedras. - ----- Interveio o senhor deputado Manuel Oliveira. Apelou para a necessidade de encontrar uma solução por forma a fixar os contentores do lixo, evitando que sejam mudados de lugar ou que em dias de muito vento caíam, provocando o derrame de lixo pelas ruas. -- ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos, interveio começando por dizer que enquanto houver política e partidos políticos haverá sempre capelinhas exemplificando com o facto do Grupo Municipal do PSD ter proposto apenas elementos do seu grupo para os cargos anteriormente postos à votação. Apresentou o problema dos resíduos sólidos que são depositados nas bermas das estradas. Considerou que a culpa não é de ninguém, mas que é de todos,

donde é necessário encontrar soluções que passem pela sensibilização das populações, e pela disponibilidade de espaços nas freguesias para esses depósitos. Colocou o problema da água para abastecimento às populações, na sequência da seca do último Verão e das medidas de emergência a que a Câmara teve de recorrer. Essas medidas que resultaram no abastecimento de água de qualidade, resultaram também certamente num grande dispêndio para a Câmara Municipal. Neste sentido considerou urgente a necessidade de encontrar soluções para a ETA do Maçãs que garantem água nos meses de Verão em qualidade e quantidade. Finalmente referiu que quando se davam os parabéns à Comissão Organizadora da Feira de Artes Ofícios e Sabores se deveriam dar também ao seu “criador” ele próprio. -----

----- O senhor deputado Dr. Heleno Simões apresentou o problema que se verifica no Centro de Saúde e que respeita ao facto de a conduta da boca de incêndios não estar ligada à rede pública, mas à rede interna do Centro de Saúde com todos os problemas que daí possam advir. Informou que o problema já foi colocado à Câmara, ao empreiteiro que fez a obra e ao agrupamento dos Centros de Saúde, esperando que seja encontrada o mais urgente possível uma solução que garanta o funcionamento da boca de incêndio pois que os bombeiros já confirmaram que não funciona. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente ao problema dos resíduos sólidos nas bermas das estradas, reconheceu que ainda existem, mas que nos últimos anos tem vindo a diminuir essa prática, fruto de uma maior consciencialização das pessoas e do facto de muitas Juntas de Freguesia já terem disponibilizado locais para esses depósitos. Quanto ao problema da seca, reconheceu que no presente ano a situação foi grave pois que o rio Maçãs secou, facto que jamais se esperaria que acontecesse. Contudo sublinhou que a Câmara garantiu sempre água vinte e quatro horas por dia às populações. Referiu ainda que, se por um lado a situação foi grave, por outro permitiu equacionar outras medidas / soluções preventivas que passaram pelo desaçoreamento do rio que já foi feito, em parte, e pela necessidade de reforçar os açudes existentes ao nível do seu estado / retenção da água, diminuindo as perdas. Mostrou-se confiante de que com estas medidas dificilmente se verificarão situações como as do presente ano que foi um ano atípico em termos de pluviosidade e que coincidiu com o período eleitoral ali-

mentando várias discussões e polémicas. Quanto à conduta da boca de incêndio no Centro de Saúde referiu que a situação seria colocada novamente aos técnicos considerando que teria de ser resolvida antes da recepção definitiva da obra. Relativamente a outros assuntos referenciados referiu que seriam tratados com os técnicos da Câmara. ----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** ----- Interveio o senhor Vereador Jorge Fernandes. Começou por referir que esta sua intervenção era feita porque tinha sido visado em intervenções do senhor deputado Serafim João e do senhor Vereador Jorge Fidalgo (Vice-Presidente). Disse que o fazia neste período da Ordem de Trabalhos em cumprimento do regimento, concordando que o senhor Presidente da Câmara só agora o tivesse autorizado:” Disse: Fui aqui visado logo ao abrir o debate pelo senhor deputado Serafim João. Tal como ele ficou estupefacto eu também fiquei estupefacto. Mas, primeiro dizer que, se ficou estupefacto pelas minhas declarações que constam na acta, ainda bem, é sinal que vai ser um deputado atento ao longo de todo este mandato, é sinal que também vai ler as actas da reunião de Câmara. Eu fiz essa declaração porque entendi que a devia fazer. Essa declaração que eu fiz e que está expressa na acta é uma declaração que eu entendi que a devia fazer resultante da interpretação que eu fiz ao discurso do senhor Presidente da Câmara que, por sinal, também, depois, foi-me lido presencialmente na reunião de Câmara e foi transcrito para a acta. Portanto está aí a minha posição, está o discurso do senhor Presidente da Câmara. Dizer-lhe que também fiquei estupefacto, mas isso é um assunto interno da Junta de Freguesia recentemente eleita de Carção, pelos actos de gestão que se seguiram quinze dias ou durante aquele período após a eleição do senhor António Santos, relativamente a alguns serviços, honorários que foram pagos pela Junta de Freguesia, mas isso é um assunto interno não tenho nada a pronunciar-me sobre isso. Em relação ao colega de vereação a tempo inteiro eu penso que falar do assunto do regadio de Angueira já chateia e, penso que visar constantemente que o colega de vereação também aprovou, também votou acho que já chateia. Mas, compreendo que tenha alguma irritação em relação à minha pessoa, daí os resultados das discussões que temos tido nas reuniões de Câmara. Agora trazer essa irritação para aqui, para a Assembleia Municipal não interessa. Eu compreendo sim a posição do deputado Vítor Pires enquanto foi Presidente da

Junta de Freguesia de Angueira. As lutas, e o trabalho e também os anseios que a população tinha para que essa obra fosse feita, e não foi concretizada ao longo dos oito anos que estive à frente da Junta de Freguesia. Não quero falar mais de o projecto ter vindo, comprometeu-se a entregar, não entregou, mas ainda bem, se a obra vai ser feita, ainda bem, por isso mesmo eu votei favoravelmente a ela, ainda bem, porque é um anseio que a população tem ao longo de muito tempo, é uma obra estruturante para a freguesia, uma obra que a freguesia necessita. Votei favoravelmente tal como votarei sempre favoravelmente todas as outras obras para outras freguesias. Mas não verdade que a Câmara não tinha conhecimento, eu pessoalmente no mandato anterior quando o ex-vereador senhor Ventura que acompanhou o senhor Presidente da Câmara durante o seu primeiro mandato e ex-vereador António Oliveira várias vezes viemos a esta Câmara falar dos projectos que havia em curso na Junta de Freguesia de Angueira. Portanto não é verdade que a Câmara não tinha conhecimento disso, e claro, o assunto veio na altura em que veio e compreendo a não autorização e a não cedência do projecto à Câmara. Relativamente ao IRS a minha opinião está expressa na deliberação que foi tomada na Câmara. Corroboro as palavras do deputado Cédric, se por sinal o Governo em dois mil e oito, aprovou legislação que permite às empresas novas que se instalem em concelhos do interior uma taxa de IRC penso que é na ordem dos quinze por cento, penso que aqui há também uma pequena medida que seria um pequeno contributo que o nosso município podia dar a pessoas da área dos serviços, dar a outras empresas que exerçam os seus trabalhos noutros concelhos pudessem vir a fixar as suas empresas também de serviços aqui em Vimioso. Há concelhos que o fazem. A Câmara decidiu, e o argumento que em maioria na reunião de Câmara é que essa verba seja atribuída para as questões sociais, ainda bem, nós votamos favoravelmente esse regulamento e aqui também foi votado favoravelmente. Mas, penso que seria também um pequeno contributo à semelhança das outras medidas da cedência dos terrenos para habitação e da cedência para a zona industrial. Era um pequeno contributo de discriminação positiva do concelho de Vimioso. Ao deputado Aníbal, da nossa parte, enquanto vereadores da oposição, estamos aqui sem qualquer tipo de interesse pessoal e particular olhando pelos interesses do concelho. Faremos sempre de forma positiva e de forma construtiva, e ficou hoje também aqui patente por

toda a bancada do Partido Socialista, que está aqui não para criar guerrinhas com ninguém nem questões políticas com ninguém mas para participar activamente no concelho de Vimioso dando o seu contributo. Neste sentido eu apelo a todos que aqui estão presentes representantes das suas freguesias, que não intervieram, que façam uma participação activa ao longo destes quatro anos de mandato, porque é da discussão que também sai o trabalho que o nosso concelho e o desenvolvimento do nosso concelho tanto precisa”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para referir que não tinha autorizado anteriormente a intervenção do senhor vereador Jorge Fernandes porque, tal como ficou demonstrado, ele nada acrescentaria ao que já fora discutido em reunião de Câmara acerca deste assunto sendo que só pedira a palavra para intervir acerca deste assunto e não daqueles que acabou agora de abordar. Quanto à questão dos benefícios fiscais respondeu dizendo que o Governo pode e deveria fazer mais não só a nível de IRC mas também no âmbito do IRS, considerando que a Câmara tudo tem feito no sentido da fixação e atracção de gente, mas que não tem visto do Poder Central essa mesma vontade. -----

----- Dada a palavra ao senhor Vice-Presidente, este em resposta ao senhor vereador Jorge Fernandes disse:” não tenho nem nunca tive nenhuma irritação com qualquer vereador e fique com a certeza que também não a tenho consigo. O que eu quero dizer é que temos divergências políticas, isso temos. Quando acredito numa ideia luto por ela até ao fim e quando estou convicto que é uma boa ideia luto por ela até ao fim. Eu referi factos objectivos. Disse que o senhor vereador na última reunião anterior às eleições se tinha comprometido pessoalmente a entregar o projecto. Isto é, pura verdade, é falar com o secretário das reuniões com os vereadores que faziam parte. Também foi dito que o senhor Presidente contactaria com o então Presidente da Junta de Freguesia para lhe pedir o projecto. Pelos vistos fê-lo. Não o entregou. Estou a falar de questões objectivas não estou a fazer uma crítica pessoal, estou a falar de factos. Houve um compromisso pessoal de entregarem o projecto e até hoje não foi entregue. Foi só isso que disse, isto não tem nada de crispação pessoal”. -----

----- Interveio o senhor deputado Vítor Pires. Relativamente ao projecto do regadio disse: “ o senhor Presidente da Câmara pediu-o, não sei

em que circunstâncias o pediu. Pediu-me o projecto a oito dias das eleições! Para quê que o queria a oito dias das eleições. Olhem sem comentários!" -----
----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Mesa sublinhou que as propostas de alteração ao Regimento da Assembleia deveriam ser entregues até ao dia trinta e um de Janeiro de dois mil e dez. Formulou a toda a Assembleia os votos de um Feliz Ano Novo. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
